



ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SAE: APORTES PARA SUA ESTRUTURAÇÃO ¹

Jodele Mundins², Karla Renata de Oliveira³, Raquel Denise Petry⁴

INTRODUÇÃO: A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90) garantiu ao cidadão brasileiro a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica. Desde o surgimento desse marco legal, a implantação efetiva da assistência farmacêutica tem se constituído num dos maiores desafios do SUS, seja pelas dificuldades de financiamento, tanto logísticas, quanto devido aos vultosos recursos necessários. Também compõe o quadro de obstáculos a escassa documentação de experiências nessa área, a deficiência de recursos humanos, em especial farmacêuticos com formação na área de saúde pública, as limitações à efetivação do trabalho em equipe, entre outros. Apesar desse panorama desanimador, o Brasil tem se destacado mundialmente na assistência prestada aos portadores de HIV/ AIDS, incluindo o fornecimento de medicamentos anti-retrovirais e outros necessários à terapêutica desses indivíduos. Embora a documentação seja restrita, é sabido que houve imensos avanços na assistência farmacêutica aos portadores de HIV/AIDS. É nesse contexto que se insere o presente projeto de extensão, o qual se constitui num aporte para a estruturação e organização da Farmácia do Serviço de Atendimento Especializado (SAE), através da elaboração dos procedimentos operacionais padrão relacionados aos medicamentos e realização de ações que promovam a adesão ao tratamento anti-retroviral. **MATERIAL E MÉTODOS:** a elaboração dos procedimentos operacionais padrão foi realizada a partir da observação da rotina do serviço. Dessa forma, para sua construção se fez necessária a vivência dessas atividades, o que subsidiou a escrita e revisão dos procedimentos. Estes foram posteriormente validados pela farmacêutica responsável pelo serviço de farmácia. Além disso, a proposta de promoção da adesão se concentrou na busca da formação de um grupo de vivências, com agendamento prévio de reuniões entre equipe de saúde e usuários. **RESULTADOS:** Até o momento, foram construídos os procedimentos operacionais padrão (POPs) referentes às atividades de recebimento, armazenamento e dispensação dos medicamentos. Para cada uma destas etapas foram observadas suas características e especificidades de acordo com as exigências de escrituração e registro. Observou-se na etapa de dispensação, um grande número de documentos a serem preenchidos, com alto grau de especialização, o que foi contemplado na confecção do procedimento. Quanto ao grupo de vivências, não foi possível a sua constituição, tendo em vista que apenas um usuário compareceu nas duas tentativas de encontro. **CONCLUSÕES:** No que se refere aos POPs, a sua construção possibilitou contemplar uma exigência legal, bem como refletir sobre o processo de trabalho implantado. Assim, é possível que a burocratização do serviço esteja contribuindo para reduzir a adesão dos usuários ao tratamento medicamentoso, considerando que o foco do trabalho acaba sendo desviado da orientação sobre o uso dos medicamentos para a escrituração. Com relação à proposta de constituição do grupo de vivências, revelou-se uma estratégia inadequada para a promoção de ações de educação em saúde, especialmente relacionadas à adesão ao tratamento.



Dessa forma, estão previstas atividades individualizadas para este fim como etapa subsequente do trabalho.

- 1 Projeto de extensão institucional.
- 2 Acadêmica do Curso de Farmácia da UNIJUÍ e bolsista PIBEX/UNIJUÍ.
- 3 Professora do DCSa/ UNIJUÍ, Mestre em Ciências Biológicas, Coordenadora do Projeto de Extensão.
- 4 Professora do DCSa/ UNIJUÍ, Mestre em Ciências Farmacêuticas